

DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA



EDUCAÇÃO
AMBIENTAL &
EMERGÊNCIA
CLIMÁTICA

REALIZAÇÃO:



APOIO:



EXPEDIENTE:

Coordenação geral:

Rachel Trajber, Thaís Brianezi e Semíramis Biasoli.

Secretaria executiva FunBEA:

Grace Luzzi- Comunicação;
Rafaela Sotto - Apoio à Coordenação Executiva.

Etapa de pesquisa bibliográfica:

Rachel Trajber, Patrícia Mie Matsuo, Heloisa Martins, Luiza Chara, Claudio Marques.

Contribuição na pesquisa:

Amadeu Logarezzi, Ana Pinho, Antonio Fernando Silveira Guerra, Claudio Marques, Diana Silva, Edson Grandisoli, Evandro Albiach Branco, Evelyn Araripe, Heloísa Martins, Irene Carniatto, Ivo Dickmann, Luiza Chara, Maria Henriqueta Andrade Raymundo, Michèle Sato - in memorian, Miriam Duailibi, Paula Mendonça, Pedro Eduardo Graça Aranha, Rafael Damasceno Pereira, Renata Moraes.

Participação na consulta pública online:

236 pessoas a quem agradecemos imensamente e que contribuíram decisivamente com este processo.

Coordenação da estratégia de execução da Consulta pública online:

Entremeios - Articulação e Formação.

Elaboração participativa das Diretrizes de Educação Ambiental Climática

A parceria do FunBEA - Fundo Brasileiro de Educação Ambiental com o Instituto Clima e Sociedade e o Programa Cemaden Educação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais propiciou um processo participativo de elaboração de diretrizes educadoras para o enfrentamento da emergência climática.

A construção deste documento contou com diversas etapas de escuta e reflexão:

1. Realização de pesquisa bibliográfica sobre práticas de educação ambiental e mudanças climáticas no Brasil, no período de 2016 a 2022;
2. Grupos focais com especialistas que atuam com educação ambiental climática;
3. Escrita de versão inicial das diretrizes;
4. Consulta pública online aberta à sociedade;
5. Produção da versão final das diretrizes e lançamento do documento.

Tais etapas buscaram assegurar a construção de um documento que contemple diferentes olhares sobre o tema, com densidade conceitual e compromisso ético, evidenciando diretrizes, indicadores e valores para orientar a educação climática em uma perspectiva crítica e transformadora.

Pesquisa bibliográfica

Essa etapa teve caráter exploratório, visando prospectar experiências, iniciativas e práticas de educação ambiental climática no Brasil, nos âmbitos da educação formal e não formal, a partir de trabalhos publicados entre 2016 e 2022. O objetivo era identificar as principais tendências e lacunas.

Na primeira etapa da pesquisa foram criados descritores de busca utilizados tanto no Google Scholar quanto no Google Aberto, seguido de uma análise manual para a seleção de experiências que tratassem das práticas educativas e inspirações para a elaboração das diretrizes.

A Tabela 1 apresenta o detalhamento da primeira etapa com os resultados da busca por descritores.

Tabela 1 – Primeira etapa da pesquisa.

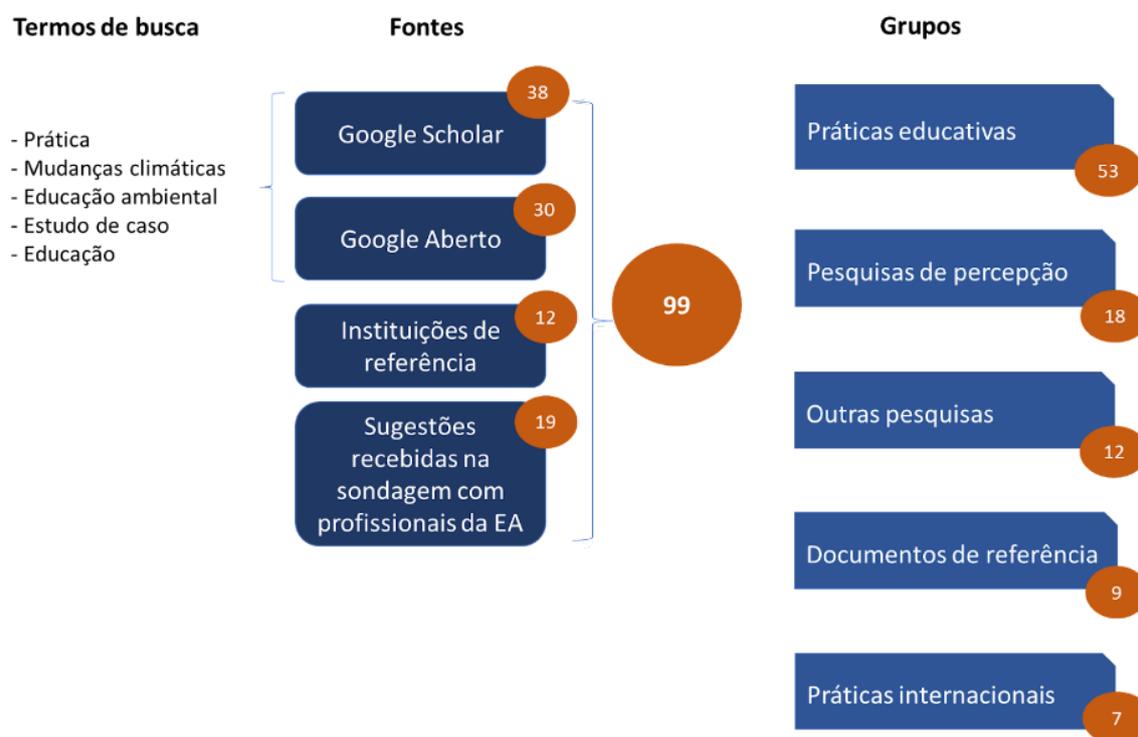
DESCRITORES/FONTE	GOOGLE SCHOLAR		GOOGLE ABERTO	
	RESULTADO	SELECIONADO	RESULTADO	SELECIONADO
"educação climática"	16	16	3.150	80
"prática" + "mudanças climáticas" + "educação ambiental"	8.080	80	135.000	80
"estudo de caso" + "mudanças climáticas" + "educação"	8.810	80	205.000	80
TOTAIS	16.906	176	343.150	240

Na segunda etapa da pesquisa foi realizada a leitura dos resumos dos 416 trabalhos selecionados e estabelecido o refinamento com os seguintes passos:

- Verificação se o foco do documento era especificamente as práticas de educação sobre mudanças climáticas (por exemplo: alguns mencionaram o termo apenas na introdução);
- Identificação dos trabalhos repetidos que apareceram tanto no Google Scholar e Google Aberto;
- Confirmação se apresentava práticas educativas.

Esse processo de refinamento resultou na identificação e análise de 99 documentos. Estes ainda foram separados em cinco categorias: Práticas educativas, Pesquisas de percepção, Outras pesquisas, Documentos de referência e Práticas internacionais (Figura 1).

Figura 1 – Refinamento realizado na segunda etapa da pesquisa.



A fim de complementar o corpus analítico obtido por meio do levantamento inicial, foram incluídas experiências das instituições de referência na temática, assim como as sugestões das/os especialistas que foram convidadas/os a participar de uma sondagem que está detalhada a seguir.

Grupos focais

Inspirada pelo método de pesquisa Delphi, a sondagem “Educação Ambiental e Emergência Climática: consulta e reflexões para uma proposta coletiva” foi realizada para enriquecer o levantamento online, identificar experiências educativas que não tenham aparecido na busca inicial, validar algumas práticas inspiradoras e criar um espaço colaborativo, dialógico e participativo sobre aspectos a serem considerados na construção das diretrizes.

Esta etapa envolveu 25 especialistas em educação ambiental climática de universidades, terceiro setor e setor governamental, de duas maneiras: formulário online e grupos focais (Quadro 1).

Quadro 1 - Detalhamento das estratégias adotadas para a sondagem e diálogos com especialistas.

ESTRATÉGIA	QUESTIONAMENTOS	PARTICIPAÇÃO
FORMULÁRIO (GOOGLE FORMS)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Seu nome e instituição. 2) Indique projeto(s) ou prática(s) que você considera interessante(s)/inspirador(es) em educação ambiental e mudança do clima. 3) Cite os principais conteúdos desejáveis nas práticas de educação ambiental no enfrentamento das mudanças climáticas. 4) Quais as principais metodologias desejáveis para a educação ambiental no enfrentamento das mudanças climáticas? 5) Quais elementos você considera fundamentais para serem incluídos em diretrizes de educação ambiental e emergência climática? 6) Outros comentários. 	14 PROFISSIONAIS
GRUPOS FOCAIS (MEET)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Linha a ser adotada 2) Consideramos que a Educação tenha liberdade para a Utopia. Qual a abordagem a ser adotada nos processos que podemos chegar com as diretrizes? Pensando nesses gradientes: <ul style="list-style-type: none"> - Continuar com educação ambiental como ela está com menção às mudanças climáticas - Pensar em reformas (reformismo, pequenas mudanças) - Transição (mudanças graduais) - Transformação - Revolução 3) Trazer as diretrizes curriculares nacionais de EA e propor revisar com diretrizes complementares que tratam da educação climática? 4) Onde queremos chegar considerando escolas e comunidades sustentáveis, resilientes no enfrentamento para emergência climáticas? 	3 RODAS REALIZADAS 9 PROFISSIONAIS

Consulta pública

A consulta pública aconteceu no período de 12 de junho a 23 de julho de 2023, por meio de um formulário online, e contou com a participação de 236 pessoas.

O documento disponibilizado para a consulta era composto pelas 10 diretrizes, organizadas em um enunciado e pontos de detalhamento. Cada participante pôde tecer considerações sobre os objetivos das diretrizes, o conjunto das diretrizes e sobre cada diretriz individualmente, sendo as duas primeiras etapas obrigatórias, e a última opcional.

As duas primeiras etapas tiveram como objetivo coletar percepções sobre os enunciados das diretrizes, proporcionando uma visão geral do documento. Já a terceira etapa permitiu que cada respondente escolhesse as diretrizes que considerasse mais relevantes para fazer contribuições específicas em relação aos pontos de detalhamento.

No questionário, era possível sugerir a exclusão, alteração ou inclusão de detalhes nas diretrizes. Dessa forma, pudemos receber contribuições de pessoas com diversos níveis de envolvimento com o tema e que tinham diferentes disponibilidades de tempo para responder.

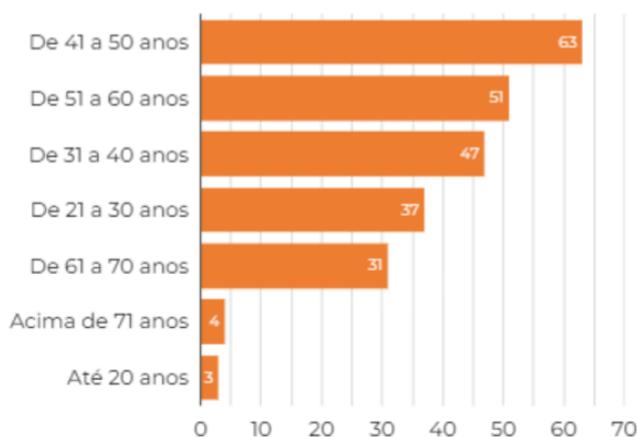
O convite para participar foi divulgado através das redes sociais, e também realizamos contatos personalizados com diversas organizações, redes e movimentos que se dedicam à educação ambiental, mudanças climáticas, meio ambiente, educação e outros temas afins. Essa estratégia envolveu o uso de e-mails, mensagens pelo WhatsApp e telefonemas.

Perfil dos respondentes

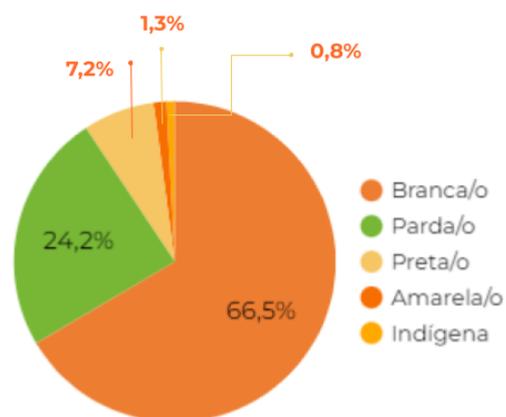
Do total de 236 respondentes, 51,3% escolheu responder a consulta integralmente, manifestando suas impressões sobre o detalhamento de ao menos uma diretriz.

Em relação ao perfil das pessoas respondentes, destaca-se:

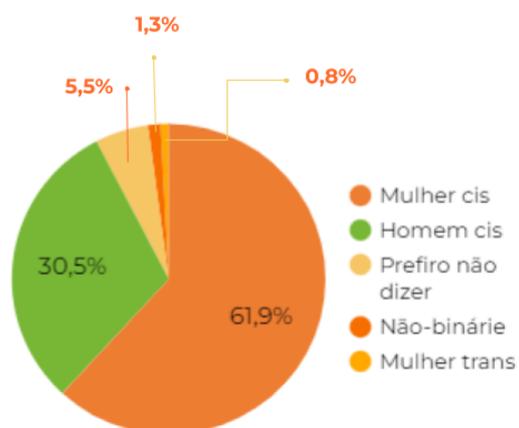
FAIXA ETÁRIA:



RAÇA:



IDENTIDADE DE GÊNERO:



A pesquisa contou com a participação de representantes de 23 estados brasileiros, sendo São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina os estados com maior taxa de participação.

A atuação das pessoas respondentes se dá em diversos tipos de instituições, com destaque para universidades, OSCs, redes, escolas, coletivos, movimentos sociais, empresas e institutos de pesquisa.

Ao fazer o cruzamento dos dados, é possível afirmar que a maioria dos respondentes são mulheres, entre 31 e 60 anos, das regiões Sul e Sudeste, com forte atuação em universidades e organizações da sociedade civil.

É possível ver os dados detalhados do perfil dos respondentes [aqui](#).



<https://encurtador.com.br/uvIUZ>

Considerações gerais sobre as diretrizes

Ao analisar o conjunto das diretrizes, os respondentes apontaram que os principais objetivos do documento são: “Contribuir para a estruturação de um Programa Nacional de Educação Ambiental em Emergência Climática” e “Construir colaborativamente diretrizes que possam orientar ações de educação para enfrentamento da emergência climática nos territórios”. Também indicam concordância total ou parcial de que as diretrizes contribuem para alcançar tais objetivos.

A relevância das diretrizes para o tema da Emergência Climática foi apontada por 97% dos respondentes. Além disso, destaca-se que foram realizados 163 comentários sobre o conjunto das diretrizes, que de forma geral, tratam de:

- Educação e conhecimento - 25,8%
- Fusão academia e popular - 16,4%
- Emergência climática - 11,7%
- Enfrentamento e articulação - 10,2%
- Inclusão de minorias - 6,3%
- Implementação de políticas públicas - 5,5%
- Ampliação para estados e municípios - 3,9%
- Praticidade das diretrizes - 3,1%
- Participação comunitária - 2,3%
- Ações coletivas e individuais - 2,3%
- Ações efetivas - 2,3%

DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CLIMÁTICA

- Planejamento intersetorial - 1,6%
- Integração com outros projetos - 1,6%
- Recursos necessários - 1,6%
- Uso de tecnologia - 1,6%
- Exemplos práticos - 1,6%
- Contexto socioeconômico - 1,6%
- Espaços informais - 0,8%

Outra maneira de visualizar esses comentários é por meio dessa nuvem de palavras:



A nuvem de palavras foi gerada com base no conteúdo das respostas às três perguntas do formulário: “Considerando o que você leu até aqui, gostaria de fazer algum comentário sobre o conjunto de diretrizes?”, “Se você tiver sugestão de nova(s) diretriz(es), registre abaixo” e “Deixe aqui seus comentários e eventuais sugestões de alteração em relação à diretriz X”.

Utilizando análises estatísticas, identificaram-se as palavras no singular e plural, bem como variações de tempo verbal, agrupando-as com outras palavras e frases de significado semelhante. Por exemplo, se as palavras “criar”, “criarem” e “criação” apareceram nas respostas, elas foram agrupadas sob “criação”, juntamente com “entender” e suas formas verbais e plurais relacionadas.

A nuvem de palavras exclui automaticamente artigos, destacando as palavras-chave nas respostas. Por exemplo, na frase “Eu acho que deveriam ter investimentos”, a palavra-chave identificada seria “investimentos”. Além disso, eliminaram-se manualmente palavras semelhantes à pergunta de interesse, como no caso da palavra “diretriz”.

Aprendizados do processo

Cada vez fica mais evidente o quanto a educação ambiental é essencial para o enfrentamento da emergência climática, seja para fortalecimento de capacidades adaptativas dos povos e comunidades, para enfrentar as consequências das mudanças já ocorridas, seja para atuar na transformação radical dos modos de ser e estar no mundo da sociedade hegemônica, de produzir e de consumir, que são as causas raiz desta crise. Este processo participativo de elaboração das Diretrizes de Educação Ambiental Climática, cujo resultado vocês lerão a seguir, nos mostraram o quanto é fundamental aproximar campos como a educação ambiental, a chamada educação climática, a educação para redução de riscos e desastres e a luta pela justiça climática, identificando, explicitando e construindo coletivamente premissas e estratégias comuns de ação, que ampliem e potencializem o impacto da educação ambiental climática.

Versão final das diretrizes, produzida a partir dos resultados da consulta pública

DIRETRIZ 1

Estruturação de um Programa Nacional de Educação Ambiental Climática, que ajude a dar escala, continuidade, sinergia, acesso a recursos e qualidade a processos transformadores.

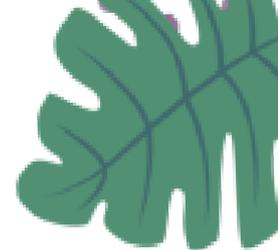
DETALHAMENTO

1.1 Reconhecer que sem educação ambiental efetiva as demais políticas setoriais de enfrentamento à emergência climática serão frágeis, pois a mobilização da população é fundamental para construção e fortalecimento de suas capacidades adaptativas e resiliência priorizando comunidades socioambientalmente vulneráveis.

1.2 Destinar recursos (financeiros, materiais e humanos) suficientes para implantação de processos de formação e de comunicação do Programa, condizentes com a emergência, a escala e o desafio que as mudanças climáticas representam, inclusive por meio do FunBEA - Fundo Brasileiro de Educação Ambiental, reconhecido pelo ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental.

1.3 Criar mecanismos de monitoramento, avaliação e indicadores de forma colaborativa a partir das práticas, programas e projetos desenvolvidos nos territórios e nas políticas públicas de educação ambiental climática, tendo por base o acúmulo gerado pela Plataforma do Sistema MonitoraEA.





DIRETRIZ 2

A educação ambiental constitui um processo potente que traz sentido político e ético para fazer face à crise civilizatória e à emergência climática indo além e rompendo com a transmissão de um pensamento hegemônico de desenvolvimento.

DETALHAMENTO

2.1 Tratar uma abordagem crítica e abrangente para cuidar dos territórios de vida, inclusive dos direitos dos animais, a partir da compreensão da complexa interconexão de todos os seres vivos.

2.2 Criar processos dialógicos sobre a comunicação pública explicitando suas controvérsias e tensões nas ciências, em processos de pesquisa, na transmídia.

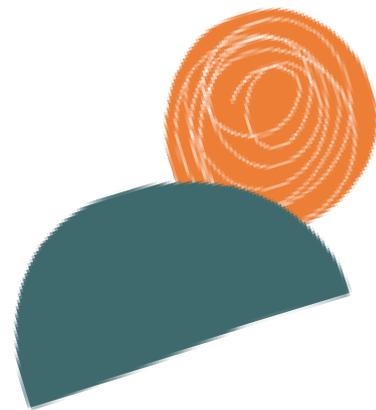
2.3 Comunicar evidências científicas e das artes, seus métodos e criações, lidando com diferentes temporalidades e escalas, estabelecendo a relação local-global sem cair em uma percepção enganosa de totalidade.

2.4 Superar o conceito de conhecimento objetivo e distanciado das pessoas, promovendo a produção colaborativa e a comunicação dos diversos saberes por meio de práticas de ciência cidadã e participativa.

2.5 Desenvolver processos formais e não formais, descentralizados, mas articulados, continuados, multiplicadores e permanentes que incentivem a criação local de práticas educativas nos territórios.

2.6 Considerar as implicações éticas e morais de práticas e ações cotidianas, pois a mudança climática, como uma questão ambiental global, afeta todos os seres vivos do planeta.





DIRETRIZ 3

Promoção de metodologias participativas, práticas inovadoras e tecnologias apropriadas alinhadas com processos educativos que engajem de forma ativa e inclusiva múltiplos atores sociais na proteção das suas comunidades com sustentabilidade socioambiental, gestão de riscos, redução das vulnerabilidades. indo além e rompendo com a transmissão de um pensamento hegemônico de desenvolvimento.

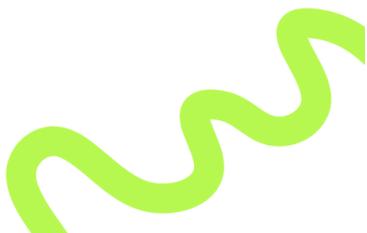
DETALHAMENTO

3.1 Propiciar formação inicial de professores envolvendo instâncias de diálogo nas licenciaturas de Ciências Humanas, Ciências Naturais e Exatas/ Tecnológicas, com abordagem inter e transdisciplinar ambiental climática.

3.2 Incluir a abordagem integrada dos riscos da crise climática envolvendo múltiplas áreas do conhecimento, campos de estudo científico combinados com os saberes populares, diferenciando cada território, bioma e ecossistema.

3.3 Inserir a emergência climática nos currículos em todos os níveis da educação formal, com foco nas juventudes, de forma que ampliem visões de mundo (epistemologias, formas de conhecimentos e saberes), perspectivas (percepções e modos de ver, dizer e viver) e metodologias (procedimentos de conhecer, aprender e fazer).

3.4 Realizar intervenções socioeducativas, com práticas ecopedagógicas, atividades interativas, pesquisas locais, estudos de caso, educomunicação, debates públicos, criação de materiais pedagógicos (impressos, vídeos, simulações online, viagens de campo virtuais e outros recursos digitais), criando oportunidades para sua construção em cada território de vida e suas interconexões.



3.5 Potencializar a interação da Educação Ambiental Climática com a Educação em Redução de Riscos de Desastres (ERRD) e a Educação Climática em âmbitos (i) multiescalar (territórios locais, regionais, diferentes ecossistemas e biomas, nacionais e globais), (ii) intersetorial (governos, movimentos sociais, comunidades, comitês de bacia hidrográfica, conselhos, redes e coletivos, instituições de ensino e pesquisa, empresas etc.), (iii) transdisciplinares (conhecimentos científicos, tradicionais, originários).

3.6 Orientar políticas públicas para práticas e ações que possam ganhar escala sem, contudo, impor iniciativas com um pensamento hegemônico único.

3.7 Incentivar a reflexão na perspectiva sociocientífica, ampliando as interfaces entre ciência e cidadania, de forma a desenvolver o pensamento crítico, conhecer argumentos e contra-argumentos.

3.8 Expressar de modo não-violento como nos inserimos na existência como parte do cosmos, do nosso planeta, das outras nações, do nosso país, da nossa cidade, do nosso bairro, da nossa comunidade, combatendo o totalitarismo e o discurso de ódio.

3.9 Questionar, procurar evidências e avaliar a credibilidade das fontes de informação, incluindo mídia, políticos, grupos ativistas e, em especial, redes sociais e demais plataformas, especialmente aquelas que operam a partir de algoritmos e Inteligência Artificial (IA), com pensamento crítico e reflexivo.

3.10 Ter cautela com o “ceticismo” científico que se baseia nas incertezas sobre as causas e possíveis consequências do fenômeno climático, ser crítico ao “negacionismo”, uma visão neoconservadora e neocapitalista, e ter atenção ao fato de que ambos se misturam.

3.11 Reconhecer que a educação não pode sozinha combater a desinformação e o negacionismo climático, por eles estarem geralmente enraizados em interesses ideológicos, políticos e econômicos.

DIRETRIZ 4

Entender a ciência da mudança climática, ainda que esta isoladamente não seja suficiente para entender o problema, nem para decidir como efetivamente enfrentá-lo com a urgência necessária. A visão científica, quando integrada de forma sistêmica às múltiplas crises contemporâneas, pode impulsionar as pessoas a traçar as complexas relações existentes, a pensar em meios que diminuam os impactos negativos da emergência climática e a assumir responsabilidades de prevenção.

DETALHAMENTO

4.1 Explicar as causas e a dinâmica do aquecimento global, de modo que cada pessoa consiga compreender tanto a dimensão planetária da crise e seus impactos, como o derretimento das calotas polares e o aumento do nível do mar, como também perceber seus impactos no plano micro local, em cada território, como a falta de água potável, crises hídricas e de energia, aridez dos solos, perda de biodiversidade, perda nas safras agrícolas e consequente diminuição de oferta de alimentos, desertificação e incêndios florestais.

4.2 Mostrar a diferença entre o que é tempo e clima, e apresentar como o aquecimento global e regional pode afetar a dinâmica do ciclo hidrológico, de forma a permitir que cada pessoa entenda como a emergência climática tem levado a um aumento de intensidade e frequência de extremos de chuva que podem deflagrar desastres (como secas, enchentes, deslizamentos de encostas, inundações, terremotos, tsunamis e furacões).

4.3 Demonstrar que a enorme transformação da vida cotidiana tem dimensão social, política e ética, não lógico-científica, pois a mesma tecnociência que possibilitou o modelo de produção e consumo predatório

e que representa a contribuição antrópica à mudança climática, jamais poderá, sozinha, traçar e, muito menos, efetivar as soluções.

4.4 Abordar a relação do aumento na temperatura média superficial do planeta com as condições de desenvolvimento da vida, destacando o efeito de cada décimo de grau celsius de elevação sobre essas condições de convivência e discutindo também as causas desses impactos em si e da distribuição desigual de suas consequências.

4.5 Abordar os impactos da atual alteração antropogênica do efeito estufa e portanto do clima, do ponto de vista ecológico, considerando as implicações nos diferentes indicadores ambientais do planeta e, ainda, as interações entre esses, que, ao afetarem-se uns aos outros, potencializam a crise generalizada ora em evolução, aproximando-se de um ponto de não retorno com graves implicações.

4.6 Entender o efeito estufa e a sua intensificação. Este é um componente do sistema climático essencial para a vida na Terra com sua dinâmica, que se encontra em regime transiente em função das massivas emissões de gases específicos que vêm velozmente se acumulando na atmosfera, especialmente nas últimas décadas.

4.7 Compreender o caráter inercial desse processo em permanente desequilíbrio energético, uma vez que, no atual regime, mais energia chega do que sai do sistema Terra, o que deverá perdurar até que o aquecimento contínuo que está em curso atinja um novo estágio de equilíbrio e entre então em regime estacionário, em que a taxa de irradiação de energia para fora do sistema volte a se equiparar à taxa de absorção de energia que nos chega do sol.

4.8 Debater sobre as causas da situação limítrofe em que nos encontramos, na perspectiva de uma argumentação crítica e consistente a respeito de propostas de solução como, por exemplo, a “net zero”, a do mercado de carbono etc.

4.9 Abordar a relação do desmatamento e alterações no uso da terra em todos os biomas brasileiros com as mudanças climáticas, enfocando o papel do avanço da agropecuária no arco fronteiro da Amazônia, Pantanal e Cerrado brasileiros.

4.10 Articular as dimensões ecológicas (emissões de carbono), ético-políticas (políticas públicas, papéis do Estado e da iniciativa privada) e socioeconômicas (como pressão do mercado, implicações do consumo de carne bovina e soja e do modelo de sua produção), com as diferentes atividades desenvolvidas em cada bioma.

4.11 Abordar os conflitos entre diferentes agentes que atuam no território evidenciando, por um lado, a relevância dos modos de vida e cosmovisões dos povos originários, populações tradicionais e comunidades locais, e por outro lado os interesses de garimpeiros e madeireiros ilegais, grileiros de terra e, em especial, os grandes produtores rurais.

4.12 Investir em medidas estruturantes de educação ambiental e ações de prevenção, adaptação, mitigação, regeneração que, apesar dos resultados a médio e longo prazos, são de baixo custo, permitem a percepção dos riscos e aumentam a potência de agir, enquanto as medidas estruturais como obras de engenharia são paliativas e caras, podendo até gerar outros impactos ambientais e uma falsa sensação de segurança.

DIRETRIZ 5

A educação se torna vital para a produção de conhecimentos e ações coletivas pelo Bem Comum.

Ela enfatiza a urgência de aproveitarmos cada minuto de nossos dias para atuarmos em uma transformação radical dos meios e modos de vida. Conhecimentos compartilhados contribuem para fortalecer políticas públicas integradas para os cuidados com justiça climática, direitos humanos e a natureza.

DETALHAMENTO

5.1 Atentar para que a difusão de conceitos sobre a gravidade da situação no Antropoceno e no Capitaloceno não provoque pânico ou paralise as pessoas por se sentirem impotentes diante da magnitude do problema.

5.2 Pensar que essa construção histórica de uma sociedade hegemônica insustentável pode ser desconstruída ao incentivar o engajamento em ações coletivas, orquestradas por políticas públicas integradas e transversais, com partilha de conhecimentos.

5.3 Permitir que a educação ambiental popular aproxime lugares de vida da investigação do universo temático do povo pelas próprias pessoas que habitam os territórios, para a problematização e o mapeamento dos conflitos, o entendimento das complexidades e das contradições que as marcam.

5.4 Incentivar a participação e o diálogo intergeracional em organizações, ativismo, movimentos de juventudes, militância ambientalista, greves pelo clima, lutas pela descolonização ou contra-colonização, entre outros.

5.5 Defender iniciativas de políticas de sustentabilidade em suas comunidades a partir da defesa do bem comum e dos territórios de vida, fortalecer as alianças e movimentos globais de ação anticapitalista.

5.6 Atuar na prevenção ao agravamento da crise climática a partir da identificação de suas causas e impactos iluminando e fortalecendo outros modos de ser e conviver, fazendo frente ao capitalismo colonialista.

5.7 Correlacionar os âmbitos do consumo e da produção no modelo em que vivemos na maior parte do mundo, identificando seus diferentes agentes e destacando a capacidade de fazer escolhas por ações coletivas. Estas podem problematizar o modelo vigente, desde a produção, com vistas para a superação da exploração social e ambiental pelas atividades humanas insustentáveis no planeta – em ações articuladas de movimentos sociais, Estados, setor empresarial, políticas públicas.

DIRETRIZ 6

Educação Ambiental é educação cidadã, responsável, crítica e participativa, capaz de apoiar a tomada de decisões transformadoras a partir do meio ambiente natural ou construído. Por conseguinte, a EA ajuda a preparar os espaços de aprendizagem, em termos sociais e físicos, para promover intervenções diante de situações de risco e vulnerabilidade, inclusive as agravadas por eventos climáticos extremos.

DETALHAMENTO

6.1 Educação ambiental climática nas escolas passa também por combater os problemas estruturais que precarizam as condições de trabalho e vida de profissionais da educação e o processo de ensino-aprendizagem.

6.2 Formar a população para o enfrentamento da emergência climática, em especial de áreas suscetíveis a desastres, em territórios periféricos onde aumenta a vulnerabilidade – etária (crianças e pessoas idosas), de gênero (mulheres e comunidade LGBTQIAP+), de raça (pretos e indígenas), pessoas com deficiências (como visual, surdos, cadeirantes, neurodivergentes, entre outras).

6.3 Valorizar os saberes comunitários e apresentar boas práticas de adaptação aos impactos trágicos da emergência climática que não se baseiem na lógica de mercado, mas sim na (r)existência dos povos e comunidades, que buscam o bem-viver, a justiça climática e a diminuição das desigualdades socioeconômicas.

6.4 Desconstruir a visão que separa natureza e sociedade e valorizar os conhecimentos e práticas dos povos e comunidades tradicionais na percepção e enfrentamento da crise climática, especialmente nas estratégias históricas de construção de capacidades adaptativas.

DIRETRIZ 7

Criação e manutenção de espaços formais e não-formais construídos com intencionalidade educacional de sustentabilidade e resiliência, ancorados nos princípios da educação integral, das cidades educadoras e dos espaços educadores sustentáveis e resilientes para fazer face à insustentabilidade e às mudanças climáticas.

DETALHAMENTO

7.1 Investir e descentralizar recursos para constituição de escolas sustentáveis e resilientes, espaços de vivência cotidiana de uma sociedade transformadora, se tornando referências dinâmicas para suas comunidades, integrando currículo, gestão e edificação e protegendo seu território de vida.

7.2 Apoiar a criação de espaços articuladores de Educação Ambiental Climática com aporte de recursos (financeiros, materiais e humanos), de modo que possam desenvolver projetos territorializados, inclusive de formação para profissionais da educação.

7.3 Considerar a complementaridade entre os componentes da escola sustentável e resiliente no currículo transdisciplinar, na gestão democrática, no espaço escolar com sustentabilidade e capacidade de acolher a comunidade em caso de desastre e nas relações escola-comunidade que considerem a educação permanente e ao longo da vida para a comunidade local.

DIRETRIZ 8

O olhar integrado para a sociedade, ambiente, gestão e economia é essencial para mitigar os efeitos da emergência climática.

DETALHAMENTO

8.1 Priorizar energias renováveis, como eólica e solar, minimizando o impacto social e ecológico de sua implementação em grandes empreendimentos.

8.2 Encorajar a conservação e a restauração dos ambientais naturais.

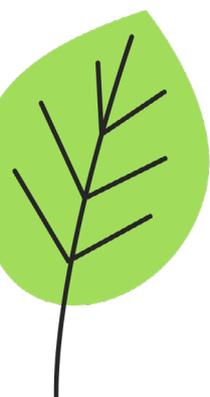
8.3 Questionar o consumismo (descartabilidade, predação, ostentação) e reduzir o desperdício.

8.4 Defender o transporte sustentável, com ênfase no transporte coletivo acessível e de qualidade, e nas formas ativas de mobilidade.

8.5 Pesquisar sobre práticas e modos de vida sustentáveis e solidários, muitas presentes nas comunidades tradicionais e originárias, mas também em novas experiências alternativas.

8.6 Orientar para as chamadas Soluções baseadas na Natureza (SbN), como a agroecologia e permacultura, que possuem potencial de mitigar os impactos das mudanças climáticas e de aumentar a biodiversidade, ao mesmo tempo em que buscam o equilíbrio do meio com as atividades econômicas e bem estar social.

8.7 Incentivar a admiração e o respeito pela vida, promovendo um senso de corresponsabilidade pela gestão ambiental, enfatizando o papel crucial dos entes federativos (âmbito nacional, estadual e municipal).



DIRETRIZ 9

Enfrentar a emergência climática requer justiça climática, priorizando medidas fundamentadas na equidade (direito à diferença e redução das desigualdades socioeconômicas), inclusão (direito ao acesso) e bem-viver (direito à vida).

DETALHAMENTO

9.1 Abordar os impactos desproporcionais da emergência climática nas comunidades marginalizadas e periféricas, enfatizando a necessidade de soluções equitativas que fortaleçam sua capacidade adaptativa, combatam a injustiça ambiental e reconheçam a diversidade, os saberes e práticas daqueles que menos contribuem para as mudanças climáticas e que mais sofrem (e sofrerão) com seus efeitos.

9.2 Priorizar as vozes e perspectivas das comunidades em situação de vulnerabilidade nos processos de tomada de decisão.

9.3 Responsabilizar grupos econômicos de países e regiões que historicamente mais contribuem para a crise climática, de modo que mudem radicalmente seus modos de produção e adotem medidas de mitigação e adaptação nos países e regiões onde atuam.

DIRETRIZ 10

A educação ambiental climática deve se basear na escuta do movimento instituinte que se constrói na perspectiva da micropolítica do cotidiano, reconhecendo a ação dos coletivos e organizações locais dos povos e comunidades nos diferentes territórios.

DETALHAMENTO

10.1 Promover processos mais democráticos de construção e comunicação de conhecimentos que permitam às pessoas e comunidades tomarem decisões e atitudes cidadãs sobre acontecimentos da vida cotidiana.

10.2 Promover a descentralização de recursos financeiros para organizações de base, coletivos e movimentos sociais, fomentando iniciativas territoriais de enfrentamento à crise civilizatória e climática.

10.3 Mobilizar e cobrar cientistas em relação a seu principal propósito: sistematizar conhecimentos para o bem comum da sociedade, dos territórios e do planeta.

10.4 Apoiar processos formativos continuados com diferentes públicos, priorizando o fortalecimento das organizações de base, coletivos e movimentos de (re)existência locais.

10.5 Organizar processos participativos de elaboração e implementação de intervenções educadoras, alinhados às temáticas de interesse dos grupos nos territórios, com foco nas artes, cultura, esporte, entre outras práticas coletivas e comunitárias cotidianas.



**EDUCAÇÃO
AMBIENTAL &
EMERGÊNCIA
CLIMÁTICA**

REALIZAÇÃO:



APOIO:

